CONCLUSÃO

Em 11/06/2007, nesta cidade e em meu cartório, faço estes autos nº 2/2004, conclusos à Dra. Ângela Maria Machado Costa, MMª. Juíza de Direito desta vara.

k

Escrivã

Vistos e examinados estes autos nº 02/2004 de Inquérito Judicial, em que é denunciante o **Síndico da Massa Falida de ALM Construtora de Obras Ltda.** e denunciados **Luiz Augusto Atherino e outros.**

O Sr. Síndico da Massa Falida de ALM Construtora de Obras Ltda., denunciou os requeridos por retirarem vultuosos valores da empresa após sua saída da sociedade, para pagamento de contas da empresa.

Intimada, os denunciados apresentaram defesa alegando que pelo fato de até o momento não Ter havido habilitação de nenhum dos pretensos credores de massa falida, descaracterizado está a alegação de crimes falimentares. Ainda, afirma não visualizar o tipo penal denominado de crime falimentar, eis que não restaram comprovados nos autos o desvio de bens ou qualquer outro ato fraudulento tendente a caracterizar a fraude contra credores. E, por fim, salienta que embora exista tal crime falimentar, o mesmo encontra-se prescrito. Pediu o arquivamento.

Manifestou-se novamente o Sr. Síndico às fls.275/277, argumentando não poder ser empresário o Sr. Nilton Pereira da Rocha, uma vez que é pessoa humilde, não sendo possível acreditar ter este comprado as cotas do Sr. Luiz Augusto Atherino. Requereu o encaminhamento ao MP para as medidas cabíveis.

E, assim, à fl. 279/280 o parecer do Ministério Público foi no sentido de extinção do feito, ante a ocorrência da prescrição.

É o relatório.

Decido.

Dispõe o art. 199 da lei das quebras:

"A prescrição extintiva da punibilidade de crime falimentar opera-se em dois anos".

O parágrafo único deste artigo, determina que a inac. prescricional inicia-se na data em que transitar em julgado a sentença que encerrar a falência ou que julgar cumprida a concordata.

Entretanto, a matéria já foi acumulada pela Suprema Corte e determina que "a prescrição de crime falimentar começa a correr da data em que deveria estar encerrada a falência ou do trânsito em julgado da sentença que a encerrar ou julgar cumprida a concordata". (Súmula 147).

A data da decretação da quebra ocorreu em 08/07/2002 (fl.12), sendo que deveria ser encerrada em 08/07/2004, contando-se a partir desta os dois anos para prescrever o crime falimentar, que ocorreu em 08/07/2006, pelo que prescrita esta a pretensão punitiva, devendo o feito ser julgado extinto.

Isto posto, julgo extinto o feito na forma do art. 269, inc. IV do Código de Processo Civil.

Custas ex lege.

P.R.I.

Curitiba, 28 de Junho de 2007.

ÂNGELA MARIA MACHADO COSTA
Juíza de Direito